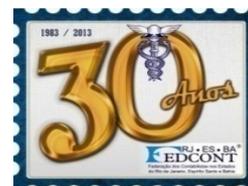




BOLETIM ANO III – Nº 152

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2013



Gigantes da internet pressionam Obama por nova legislação

A Microsoft vai adotar a criptografia para os dados trocados em suas redes informáticas, motivada por "sérias preocupações" a respeito da vigilância do governo americano

Microsoft, Google, Apple, Facebook, LinkedIn, Yahoo!, AOL, Twitter: oito gigantes da internet pediram nesta segunda-feira ao presidente Barack Obama que limite as práticas de vigilância, depois que as revelações do ex-consultor da NSA Edward Snowden abalaram seriamente a confiança dos usuários.

"Nós compreendemos que os governos têm o dever de proteger seus cidadãos. Mas as revelações deste verão (hemisfério norte) demonstram a necessidade urgente de reformar as práticas de vigilância dos governos em escala mundial", afirmam em uma carta aberta ao presidente dos Estados Unidos e aos membros do Congresso publicada em um site 'ad hoc'.

As escandalosas revelações do ex-consultor da Agência de Segurança Nacional (NSA) americana destacaram o alcance do PRISM, programa secreto de vigilância que envolve milhões de comunicações eletrônicas em todo o mundo.

Snowden também divulgou evidências de que a NSA poderia decodificar certos sistemas de comunicação criptografados, um procedimento no qual se baseiam várias soluções de segurança informática.

"Estamos focados na segurança dos dados de nossos usuários, utilizando as últimas tecnologias de criptografia para evitar qualquer vigilância não autorizada de nossas redes" e passando por uma peneira os pedidos do governo de dados dos usuários "para garantir que sejam legais e sensatos a respeito de seu alcance", destacam as empresas.

"O equilíbrio em muitos países oscila de forma excessiva a favor do Estado em detrimento dos direitos individuais, direitos que estão inscritos em nossa Constituição. Isto afeta as liberdades que tanto queremos. É hora de mudar", acrescentam.

Restaurar a confiança

Na semana passada, a Microsoft anunciou que adotaria a criptografia para os dados trocados em suas redes informáticas, motivada por "sérias preocupações" a respeito da vigilância do governo americano, seguindo os passos de Google, Yahoo! e inclusive do Twitter, que aumentou no fim de novembro o nível de segurança para dificultar as tentativas de espionagem.

"As pessoas não querem utilizar uma tecnologia na qual não confiam. Os governos colocaram em perigo esta confiança e os governos devem restaurá-la", afirma Brad Smith, vice-presidente executivo da Microsoft.

Os oito signatários "pedem ao Congresso americano que mudem as leis de vigilância, com o objetivo de garantir a transparência e a responsabilidade que envolve as ações do governo", nas palavras de Marissa Mayer, presidente do Yahoo!.

Os grupos exigem do governo americano "autorização para publicar o nome e o tipo de solicitações relacionadas com informações dos usuários", assim como "restringir sua vigilância a usuários específicos, com base em ações legais, e que não obtenham informação a granel de dados de comunicações".

Também acreditam que na busca de informações, as agências de segurança "devem atuar em um marco legal claro" e que devem fazer o possível para evitar os "conflitos" entre países, estabelecendo, por exemplo, um tratado de assistência judicial mútua durante a demanda de informações entre diferentes jurisdições.

Fonte: Brasil Econômico - Por AFP - 09/12/13

Brasileiros se dividem sobre impostos e papel do governo

Metade quer mais benefícios e metade quer menor dependência, diz Datafolha

Para 49%, seria melhor pagar menos tributos e buscar serviços no setor privado; 43% preferem contar com o governo

RICARDO MENDONÇA
DE SÃO PAULO

Nada divide tanto os brasileiros como a concepção do papel que o Estado deve ter em suas vidas. É o que mostra a mais completa pesquisa do Datafolha sobre as inclinações ideológicas do país.

Confrontados com afirmações antagônicas sobre vários temas, as pessoas se dividiram simetricamente ao falar de suas relações com o Estado.

Para 47%, quanto mais benefícios receber do governo, melhor. Para outros 47%, quanto menos a

pessoa depender do governo, melhor.

No Nordeste, a região mais pobre do país, e entre pessoas que recebem até dois salários mínimos, estrato mais baixo de renda, a preferência pela ajuda do governo atinge 53%.

Outra questão que divide bastante a população tem a ver com a elevada carga tributária do país e a qualidade dos serviços que o governo oferece. Para 49%, seria preferível pagar menos tributos e contratar serviços particulares de saúde e educação.

É o que pensam 60% das pessoas que ganham mais de dez salários mínimos. A formulação alternativa, pagar mais impostos e ter saúde e educação gratuitas, é preferida por 43% da população.

O Datafolha faz pesquisas sobre as preferências ideológicas da população desde setembro de 2012, mas esta foi a primeira vez em que os assuntos econômicos foram incorporados ao questionário. Foram realizadas 4.557 entrevistas em 194 municípios, nos dias 28 e 29 de novembro.

Os resultados mostram que o brasileiro médio preza valores comportamentais de direita, mas manifesta acentuadas tendências de esquerda no campo econômico.

Em todo o país, 41% identificam-se mais com ideias de esquerda ou centro-esquerda. Outros 39% são mais simpáticos aos valores de direita ou centro-direita.

A pesquisa deixa evidente a simpatia que os brasileiros têm pela ação do Estado. Quase 70% acham que o governo deveria ser o principal responsável pelo crescimento econômico do país, e não as empresas privadas.

Além disso, 58% entendem que as instituições governamentais precisam atuar com força na economia para evitar abusos das empresas.

Um contingente de 57% diz que o governo tem obrigação de salvar as empresas nacionais em apuros quando elas enfrentam risco de falência. E 54% associam leis trabalhistas mais à defesa dos trabalhadores do que à ideia de empecilho às empresas.

Nas questões de comportamento, os resultados da pesquisa foram semelhantes aos de levantamentos anteriores produzidos pelo Datafolha. Quando o assunto é religião ou drogas, há quase uma unanimidade nacional. Quase 90% acham que acreditar em Deus torna alguém melhor. E 83% continuam a favor da proibição das drogas.



Concordam com a afirmação

TENDÊNCIAS DE ESQUERDA

VALORES
As preferências apontadas pelos brasileiros em assuntos relacionados ao comportamento e à economia

EM TEMAS ECONÔMICOS



Concordam com a afirmação

TENDÊNCIAS DE DIREITA

67	Governo deve ser o maior responsável por investir para a economia crescer	Crescimento	Empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir	24
58	É bom que atue com força na economia para evitar abusos das empresas	Governo	Quanto menos atrapalhar a competição entre as empresas, melhor	31
57	Governo deve ajudar as grandes nacionais que corram risco de falência	Empresas	Governo não deve ajudar as grandes que corram risco de falência	34
54	Mais protegem os trabalhadores do que atrapalham as empresas	Leis trabalhistas	Mais atrapalham as empresas do que protegem os trabalhadores	34
47	Quanto mais benefícios do governo eu tiver, melhor estará minha vida	Programas	Quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida	47
43	É preferível pagar mais e receber serviços gratuitos de educação e saúde	Impostos	É preferível pagar menos e contratar educação e saúde particulares	49

NO COMPORTAMENTO

12	Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor	Religião	Acreditar em Deus torna as pessoas melhores	87
15	Uso não deve ser proibido, pois é o usuário que sofre com as consequências	Drogas	Deve ser proibido, pois toda a sociedade sofre com as consequências	83
26	Aqueles que cometem crimes devem ser reeducados	Adolescentes	Aqueles que cometem crimes devem ser punidos como adultos	72
34	A maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos	Criminalidade	A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas	63
49	Não cabe, mesmo que a pessoa tenha cometido um crime grave	Pena de morte	É a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves	47
49	São importantes para defender os interesses dos trabalhadores	Sindicatos	Servem mais para fazer política do que para defender trabalhadores	45
65	Boa parte está ligada à falta de oportunidades iguais	Pobreza	Boa parte está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar	32
68	Posse deve ser proibida, pois representa ameaça às outras pessoas	Armas	Posse legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender	30
67	Pobres que migram contribuem com o desenvolvimento e a cultura	Migração	Pobres que migram acabam criando problemas para a cidade	25
67	Deve ser aceito por toda a sociedade	Homossexualidade	Deve ser desencorajado por toda a sociedade	25

Fonte: Pesquisa Datafolha em 28 e 29 de novembro, com 4.557 entrevistas em 194 municípios; margem de erro de 2 pontos

Jovem tende à esquerda, e rico se inclina para a direita
Pesquisa Datafolha mostra perfil social de cada tendência ideológica

Não há muita variação de acordo com a região do país, ao contrário do que ocorre com a renda e o grau de escolaridade

As pessoas que se identificam mais com as ideias associadas à esquerda são mais jovens e têm escolaridade consideravelmente melhor. Mas ganham menos.

É o que mostra a última pesquisa nacional do Datafolha sobre as inclinações ideológicas da população.

Os esquerdistas, que representam 10% dos entrevistados e são mulheres em sua maioria (56%), têm 35 anos de idade, em média, cinco a menos que o observado em todo o país.

A idade vai aumentando conforme a ideologia da pessoa vai se distanciando da esquerda. Assim, o grupo mais velho é o formado pelos brasileiros mais simpáticos às teses de direita, com 46 anos, em média.

Na escolaridade, o universo dos esquerdistas é o único onde mais de 20% das pessoas têm ensino superior. No polo oposto, é ainda o grupo que tem o menor contingente de pessoas com ensino apenas fundamental, 30% ante 52% no grupo dos direitistas.

DINHEIRO

Na hora de faturar, no entanto, as pessoas de direita parecem mais eficientes. Ou pelo menos uma parte delas.

Ainda que as diferenças sejam pequenas, o contingente dos direitistas que têm renda familiar mensal acima de R\$ 6.780 é o maior na comparação com os outros quatro segmentos: 7%.

Em compensação, é a direita também que tem o maior agrupamento de pessoas no recorte mais baixo de renda, até R\$ 1.356 por mês.

A pesquisa mostra ainda que os diferentes segmentos ideológicos estão distribuídos de forma mais ou menos parecida pelo país.

Em relação à média, a esquerda é um pouco mais intensa no Nordeste, um pouco menos intensa no Sul. Com os direitistas ocorre exatamente o oposto.

O Datafolha ouviu 4.557 pessoas nos dias 28 e 29 de novembro. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

(RM)

**Preferência por Dilma aumenta à esquerda
Presidente tem 54% das intenções de voto entre eleitores de esquerda e 37% entre os associados a ideias de direita**

Petistas querem mais benefícios do governo; tucanos têm tendência maior de associar a pobreza à preguiça

DE SÃO PAULO
Parece uma escadinha. Quando mais simpático às teses de esquerda é o eleitor, maior a chance de ele declarar voto na presidente Dilma Rousseff nas simulações eleitorais feitas pelo Datafolha.

Se a principal disputa de 2014 fosse feita apenas entre os brasileiros que se associam às ideias de direita, Dilma teria 37% dos votos, conforme o cenário mais provável da eleição --contra o

senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB).

Entre os eleitores de centro-direita, a petista sobe seis pontos. No centro, pula mais algumas casas e atinge 47%. Avança outros três pontos se a eleição fosse só entre os brasileiros de centro-esquerda. E atinge seu recorde, 54% das intenções de voto, se a Presidência da República fosse decidida exclusivamente pelos eleitores esquerdistas.

Nenhum dos outros três nomes mais cotados para a disputa apresenta uma variação tão elástica como esta, de 17 pontos entre o pior e o melhor desempenho na escala de tendências ideológicas.

Com os outros, as alterações também não são tão compassadas entre os diferentes grupos de afinidade ideológica, como se fosse mesmo uma escadinha no gráfico.

Pelos mesmos critérios, quem tem as características mais parecidas com as de Dilma é a ex-senadora Marina Silva (PSB), que varia 11 pontos entre o seu pior desempenho (18% entre os direitistas) e o seu recorde (29% no grupo dos de centro-esquerda).

Marina, que não conseguiu montar seu próprio partido a tempo de disputar a eleição de 2014 e então filiou-se ao PSB, é considerada hoje uma candidata menos provável que Campos, o presidente nacional da legenda.

O perfil ideológico dos eleitores marineiros foi extraído do cenário em que a ex-senadora disputa contra Dilma e Aécio Neves.

Na sentido oposto ao de Dilma, o senador tucano é o único dos quatro principais postulantes que apresenta desempenhos melhores entre os eleitores de direita e centro-direita.

As intenções de voto em Aécio vão piorando conforme o eleitorado vai ficando mais simpático às teses de esquerda.

FORMULAÇÕES

O Datafolha também cruzou as intenções de voto de cada candidato com os resultados do questionário de 16 perguntas que serviu de base para a classificação dos eleitores na escala que vai da direita à esquerda.

Assim, é possível saber com quais frases os eleitores de cada candidato mais se identificam.

Os eleitores de Dilma, por exemplo, são os mais simpáticos à ideia de que quanto mais benefício a pessoa tiver do governo, melhor. 52% deles preferem isso à ideia de que quanto menos dependente do governo, melhor.

O maior contraste, nesse aspecto, é com os eleitores de Aécio. Só 40% deles preferem a formulação dos benefícios em detrimento da independência do Estado.

Uma das características que distinguem os eleitores de Aécio da média é a ideia de que a pobreza está mais ligada à preguiça do que à falta de oportunidades.

Entre os simpatizantes de Campos, 65% dizem que o governo deve atuar na economia para evitar abusos de empresas, taxa acima da média.

O Datafolha ouviu 4.557 pessoas nos dias 28 e 29 de novembro. A margem de erro é 2 pontos percentuais para mais ou para menos

(RM)

MENSALÃO

Esquerda deu mais respaldo a Barbosa

O Datafolha perguntou se o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, agiu bem ou mal ao determinar a prisão de alguns dos condenados no julgamento do mensalão no feriado de 15 de novembro. O maior índice de aprovação foi entre os esquerdistas, com 88% deles respondendo que agiu bem. Na direita, a aprovação também foi alta, mas com com 74%.

Fonte: Folha de S.Paulo

O eSocial requer mudanças além da folha

O eSocial tende a contribuir pouco para melhorar a competitividade e a facilidade para fazer negócios no Brasil

Por **João Lins e Raquel Guilhoto**

O país está às vésperas de uma nova mudança regulatória importante: o eSocial. A partir de 2014 todos os empregadores brasileiros serão obrigados a registrar as informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais relacionadas à contratação de mão de obra com ou sem vínculo empregatício por meio desse novo sistema eletrônico.

Parte do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), o eSocial será um avanço na sistemática de obrigações acessórias. As informações ficarão armazenadas no ambiente nacional do eSocial, possibilitando que todos os órgãos envolvidos no projeto - Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal - tenham acesso a elas.

Ao mesmo tempo em que reduz a burocracia simplificando o envio das informações aos diversos órgãos governamentais, o eSocial também facilita a fiscalização das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por meio do cruzamento eletrônico e verificação de dados.

O grande desafio para as empresas não é apenas cumprir com o envio das informações a partir do próximo ano, mas garantir a qualidade da informação e manter 100% da operação em conformidade com a nova regulação. O mais preocupante é que, embora algumas empresas já

tenham iniciado projetos de adequação às novas regras, a maioria ainda não tomou providências. De acordo com uma pesquisa da Receita Federal, 70% das empresas não possuem um projeto interno ou profissionais dedicados à adequação ao eSocial.

Entre as empresas pesquisadas, 82% entendem que o departamento de recursos humanos é o responsável pelas informações requeridas pelo eSocial. Na realidade, o esforço necessário vai além dos ajustes nos sistemas de folha de pagamento e em outros processos de RH. Para atender os requisitos, diversos processos de gestão de pessoas precisam ser readequados, envolvendo áreas como saúde, segurança e meio ambiente, jurídico, gestão de terceiros etc, além dos impactos na operação e no modelo de negócios da empresa.

Imagine o caso de uma empresa do varejo que precise contratar muitos empregados por prazo determinado para o período de fim de ano. Antes do primeiro dia de trabalho, os temporários devem estar cadastrados no sistema com todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais e fiscais. Isto exigirá maior planejamento nas contratações e orientação adequada para garantir a correta entrega dos documentos para a contratação em tempo hábil, bem como para seu desligamento ao fim do período.

Diante desse cenário, não causa surpresa que 41% das empresas pesquisadas acreditem que terão mais dificuldade em lidar com as mudanças culturais e 38%, com os processos internos e governança. Para 60% das empresas, o principal motivo de dificuldades virá das distintas origens dos dados e para 21% da qualidade e do conteúdo e das informações.

Além das possíveis falhas nas bases de dados e de erros operacionais na geração das informações, eventuais não conformidades com a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, muitas vezes desconhecidos pela administração, ficarão mais evidentes podendo gerar multas e autuações, inclusive com relação ao período não prescrito.

Diante de tais riscos, manter a empresa em situação regular vai exigir fundamentalmente uma mudança de cultura, não apenas dos profissionais de RH envolvidos diretamente na manutenção dos processos de gestão de pessoas, mas também dos gestores - muitas vezes responsáveis pelas informações relacionadas às obrigações incluídas no eSocial - e até dos próprios empregados, que terão obrigação de comunicar mudanças de endereço ou escolaridade, por exemplo.

É possível se estabelecer controles e auditoria interna para garantir que todas as alterações relevantes na vida funcional dos profissionais sejam reportadas tempestivamente, mas se estes não forem desenhados de maneira inteligente podem custar caro e engessar a operação. Nessas situações, normalmente o melhor caminho é desenvolver uma cultura de conformidade.

O eSocial vai de fato contribuir para diminuir a burocracia no envio de informações para as autoridades, contudo a adequação à nova realidade exige investimento de tempo e de recursos. Embora, como o governo ressalta, nenhuma obrigação nova esteja sendo criada, nem todas as empresas conseguem atender as exigências da extensa regulamentação do trabalho no Brasil. Diante da complexidade da regulamentação, o eSocial tende a contribuir pouco para melhorar a

competitividade e a facilidade para fazer negócios no Brasil. No quesito gestão de pessoas, o país figura entre os países com o maior número de exigências e maior custo para contratar, manter e desligar um empregado - Doing Business, World Bank, 2013.

É imperativo que ao assumir mais essa obrigação as empresas procurem modos inteligentes de fazê-lo, redesenhando processos, capacitando empregados e gestores, mudando políticas, procedimentos e posturas, para que o cumprimento pleno da regulamentação do trabalho esteja alinhado ao seu modelo de negócios. É fundamental que a adequação ao eSocial evite adicionar custos à cadeia de valor das empresas, especialmente daquelas que atuam em setores cuja competitividade é inferior aos padrões de desempenho internacional.

Fonte: Valor Econômico - 13/12/2013

Bônus para contratação tem natureza salarial

Por Bárbara Pombo | De Brasília

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em um dos poucos casos que chegaram à Corte, decidiu contra as empresas que pagam bônus de contratação para atrair profissionais especializados. Os ministros da 8ª Turma condenaram o Banco Safra a pagar a uma ex-gerente de contas R\$ 620 mil ao reconhecer a natureza salarial das chamadas "luvas". Para os ministros, a política de pagamento da verba praticada pela instituição financeira tinha o objetivo de "mascarar um plus salarial" sem que fossem geradas despesas trabalhistas.

Além da questão trabalhista, a Receita Federal tem autuado empresas que não recolheram os 20% da contribuição previdenciária sobre a verba. Para o Fisco, o bônus pago especialmente por instituições financeiras, empresas de tecnologia e clubes de futebol deveria integrar o cálculo do tributo porque é salário antecipado ao novo empregado.

No caso que chegou ao TST, o Banco Safra ofereceu R\$ 216 mil em luvas a uma gerente de Minas Gerais. Com o incentivo, conseguiu convencê-la a deixar o Banco Santander. No ato da contratação - em fevereiro de 2007 - foram pagos à vista R\$ 60 mil. O restante, R\$ 156 mil, foi transformado em empréstimo. "A funcionária só poderia levantar o valor caso permanecesse no Safra por quatro anos. Se saísse antes, teria uma dívida com o banco", diz Érico de Mello Bomtempo, advogado da trabalhadora, do Siqueira, D'Ávila, Flores e Advogados Associados.

Demitida em março de 2009, antes dos quatro anos previstos, a funcionária não conseguiu levantar o "empréstimo" e entrou na Justiça para receber o restante do valor prometido.

Além dos R\$ 156 mil, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) determinou que o valor total das luvas (R\$ 216 mil) fosse integrado ao salário da gerente, o que teve repercussão nas verbas da rescisão do contrato de trabalho, como férias, 13º salário e FGTS. "Não houve qualquer empréstimo à trabalhadora, mas pagamento adiantado de salário indireto em decorrência da sua arriscada decisão pela troca do emprego e, sem dúvida, da contraprestação

laboral", diz o acórdão do TRT.

Por meio da assessoria de imprensa, o Banco Safra informou que um acordo com a ex-funcionária foi firmado e homologado pela 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte há quase um ano. O advogado Érico de Mello Bomtempo confirmou a informação. Por meio de nota, o TST informou que, oficialmente, não havia registro de acordo homologado até 4 de dezembro, data do julgamento.

No recurso apresentado ao TST, o Safra alegou que as luvas integram o salário dos jogadores de futebol e não dos bancários. Argumentou ainda que fez o pagamento em parcela única, o que descaracterizaria a verba como salário.

Para os ministros, porém, a forma de pagamento é indiferente para caracterizar a natureza do bônus de contratação. "A parcela possui natureza salarial uma vez que paga em decorrência do reconhecimento da capacidade de trabalho da empregada sendo irrelevante o pagamento ocorrer em parcela única", afirma na decisão o relator do caso, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.

Nos poucos casos julgados, o TST tem sido favorável à natureza salarial das luvas. Ao analisar uma ação contra uma instituição financeira, a 1ª Turma entendeu que as luvas "não correspondem à indenização, pois não visam ao ressarcimento, compensação ou reparação de nenhuma espécie". A 4ª Turma já equiparou a verba às luvas pagas ao atleta profissional, "uma vez que oferecida pelo empregador com o objetivo de tornar mais atraente a aceitação ao emprego".

Para o advogado Caio Taniguchi, do Aidar SBZ Advogados, a política de pagamento de bônus do Safra derruba todos os argumentos favoráveis às empresas. "Temos feito três recomendações às companhias para provar o caráter de indenização da verba", afirma.

A partir dos julgados do TST, a orientação é que o montante pago seja próximo ao que o contratado receberia na antiga empresa. "Quanto o concorrente pagaria ao empregado em bônus por cumprimento de metas, de multa do FGTS e se poderia haver promoção na antiga empresa", diz o advogado.

Ao cancelar um auto de infração contra o BTG Pactual em outubro, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - tribunal administrativa no qual se questiona autuações da Receita - sinalizou que pode considerar a verba como indenização e dispensar o recolhimento da contribuição previdenciária. "Para isso, as empresas devem pagar as luvas até o primeiro dia de trabalho do contratado e não condicionar o pagamento à performance ou tempo de casa", afirma Taniguchi.

Fonte: Valor Econômico - 13/12/2013

Aplicativo ajuda a reduzir necessidade de óculos para ler

Programa não cura deficiência, mas deixa cérebro mais capaz de interpretar informações recebidas de olhos

cansados

Por **Laura Johannes** | **The Wall Street Journal**

Na presbiopia, popularmente conhecida como vista cansada, os músculos que modificam o formato do cristalino perdem a elasticidade com o passar da idade. A capacidade de focar objetos de perto se deteriora, resultando na necessidade de óculos de leitura.

O The Wall Street Journal analisou um programa de treinamento cientificamente testado, de 12 semanas, recentemente disponível como um aplicativo para o iPhone, que usa uma técnica chamada de aprendizagem perceptual para reduzir ou mesmo eliminar a necessidade de óculos de leitura.

Um estudo de 30 pessoas publicado em fevereiro de 2012, na revista "Scientific Reports", revelou que depois de testar o aplicativo - agora à venda com o nome GlassesOff - os participantes podiam ler, em média, letras 1,6 vez menores que anteriormente. O programa tende a mostrar melhoras mais acentuadas em adultos entre 40 e 60 anos, dizem os cientistas.

O aplicativo auto-orientado, lançado nesta semana pela GlassesOff, começa com um teste de visão e depois um programa de treinamento personalizado, três vezes por semana, de 12 a 15 minutos por sessão. Em um dos testes, os usuários devem dizer se a letra "E" está virada para cima, para baixo, para a direita ou para a esquerda. O teste fica mais difícil quando o "E" diminui ou fica menos contrastante com o fundo. Ao fim da sessão, os usuários recebem uma avaliação personalizada de quanto o app poderá ajudá-los em várias tarefas, como ler um artigo.

O treinamento consiste em identificar imagens distorcidas e listradas, chamadas filtro de Gabor, que podem ser difíceis de enxergar contra um fundo de cor semelhante.

O aplicativo é gratuito por duas ou três semanas. Depois disso, custa US\$ 59 por quatro meses. A empresa, que tem escritórios em Israel e Nova York, está cobrando o preço promocional de US\$ 10 temporariamente. Depois do programa inicial, a empresa oferece um programa de manutenção personalizado de uma ou duas sessões por semana, cobrando taxa extra.

O aplicativo não cura a presbiopia, mas faz com que o cérebro fique "mais capaz de interpretar" as fracas informações que recebe de olhos envelhecidos, diz Dennis M. Levi, reitor da Faculdade de Optometria da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e um dos autores do estudo. Levi é consultor científico da GlassesOff e recebeu a promessa de ganhar opções de ações da empresa como compensação.

Qualquer um pode usar o produto, diz o diretor-presidente da GlassesOff, Nimrod Madar. Mas pessoas acima de 70 anos provavelmente ainda terão que usar óculos para leituras prolongadas e tarefas com pouca luz.

Usar o novo app "pode ajudar as pessoas a reconhecer melhor imagens levemente borradas, mas não vai mudar a elasticidade do cristalino", diz James Salz, professor clínico de oftalmologia da Universidade do Sul da Califórnia.

A ideia de usar a aprendizagem perceptual para dificuldades de visão tem mérito científico, diz Peter J. Bex, neurocientista do Instituto de Pesquisa da Visão Schepens, em Boston, parte do Instituto de Visão e Audição de Massachusetts. Vários estudos científicos comprovaram a viabilidade do uso da aprendizagem perceptual para melhorar a visão, inclusive no caso de pessoas com olho preguiçoso. Ainda assim, são necessárias mais pesquisas sobre o programa da GlassesOff - especialmente comparando o grupo de teste a um grupo que fez exercícios sucedâneos, dizem os cientistas.

Outra questão, segundo Bex, é que os resultados da aprendizagem perceptual às vezes só se aplicam de forma muito limitada às tarefas previstas no treinamento. A capacidade de ler letras pequenas pode melhorar, mas não está claro quanta diferença isso faz para pessoas em uma ampla gama de tarefas diárias.

Um estudo apresentado em julho na Conferência Ásia-Pacífico sobre Visão, realizado na China, revelou que o programa da GlassesOff melhorou o desempenho com relação a medidas, incluindo sensibilidade para contrastes, sugerindo que a melhora pode ser aplicada a uma ampla variedade de tarefas diárias, diz Madar.

Fonte: Valor Econômico - 13/12/2013

Malha fina deve pegar mais gente em 2014

Isso não significa que as pessoas estejam erradas, mas a Receita está cada vez mais rigorosa e consegue detectar pequenos equívocos

ANA PAULA PEDROSA

A Receita Federal libera nesta segunda-feira o sétimo e último lote de restituição do Imposto de Renda. Cerca de 711 mil contribuintes, ou 3,2% do total dos que declararam Imposto de Renda neste ano, caíram na malha fina. O número é 18% superior ao do ano passado, e a tendência é que aumente no próximo ano, diz o professor de direito tributário da universidade Fumec, Carlos Vitor Muzi.

“O número dos que caem na malha fina vai ser cada vez maior. Não significa que as pessoas estejam erradas, mas a Receita está cada vez mais rigorosa e consegue detectar pequenos equívocos, como um número digitado errado. Qualquer diferença de centavos pode ser motivo para a declaração ficar retida”, diz. Ele explica que o contribuinte não precisa esperar o último lote para saber se vai receber ou se está na malha fina.

A partir da entrega da declaração, é possível acompanhar a situação pelo site da Receita (www.receita.fazenda.gov.br) e corrigir os erros por meio de uma declaração retificadora. Muzi destaca que além de pequenos erros causados por falta de atenção, a omissão de dados e as deduções de despesas médicas e odontológicas também estão na mira da Receita. No caso dos gastos com profissionais de saúde, ele aconselha que o contribuinte faça os

pagamentos em cheque e guarde o número do documento, para o caso de precisar comprovar o pagamento ao fisco.

Pagamento

No lote que será liberado nesta segunda-feira, pouco mais de 2,2 milhões de pessoas receberão restituição no valor total de R\$ 2,667 bilhões. O pagamento será realizado em duas etapas, nesta segunda (16) e na próxima sexta-feira. Também poderão ser liberadas as consultas aos lotes residuais referentes aos exercícios de 2012 a 2008.

Fonte: O Tempo em 15/12/13

Sem os impostos, Brasil tem a 4ª tarifa mais barata

A tarifa de energia residencial no Brasil, descontados os impostos, passou a ser a quarta mais barata entre 18 países, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee). Antes da Medida Provisória 579, que prorrogou as concessões de geração e transmissão de energia e reduziu os encargos setoriais, o Brasil estava na 12ª posição no grupo dos países com energia mais cara. A tarifa média passou de US\$ 18,2/kWh para US\$ 14,9/kWh. Estão na frente do Brasil os EUA, a França e a Finlândia. O percentual de cobrança de tributos e encargos na tarifa de energia no Brasil é de 28%, segundo a Abradee. "O Brasil tem alíquota significativa de encargos. Não é das maiores, mas também não é das menores", diz o presidente da Abradee, Nelson Leite. Questionado sobre previsões para o ano que vem, Leite afirmou que o período chuvoso atual é "muito mais favorável que o anterior".

Indústria

Em relação à tarifa da indústria, o Brasil deixou de ser o quinto País, entre os 18 pesquisados, com o maior custo de tarifa industrial sem impostos, e passou a ser o oitavo país com menor custo de tarifa de energia elétrica industrial, descontados os impostos. Preços melhores que os brasileiros foram observados nos EUA, Finlândia, Noruega, Suécia, França, Holanda e Dinamarca. Antes da revisão tarifária no Brasil, com a MP 579, o País cobrava uma média de US\$ 13,9/kWh. Após a mudança, a média passou para US\$ 11,3/kWh.

Fonte: DCI – SP / FENACON – 16.12.2013

Filiado a:

